



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6107 - Trabalho Completo - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 21 - Trabalho e Educação

**MIGRAÇÃO E EDUCAÇÃO: REFERÊNCIAS PARA PESQUISA**

Célia Regina Vendramini - UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

## **MIGRAÇÃO E EDUCAÇÃO: REFERÊNCIAS PARA PESQUISA**

Pretendemos com este trabalho apresentar algumas referências teórico-metodológicas para a pesquisa com migrantes na área da educação, como síntese de estudos teóricos e empíricos que vimos desenvolvendo nos últimos anos. Em algumas áreas do conhecimento já existe uma tradição nas pesquisas sobre migração, especialmente na sociologia e antropologia. Na área da educação, entretanto, os estudos ainda são reduzidos e exigem um aporte teórico-metodológico que alavanque e subsidie as pesquisas.

Tal exigência é fruto da realidade social. Observamos um crescimento exponencial das migrações no Brasil e no mundo nas últimas décadas, de diferentes origens e para diferentes destinos em relação ao tradicionalmente conhecido e com uma mobilidade cada vez maior, ganhando terreno as migrações temporárias.

Os migrantes nacionais e internacionais e seus filhos estão presentes nas instituições de educação infantil, no ensino fundamental e médio, no ensino superior e, particularmente, na Educação de Jovens e Adultos. Esta modalidade atende predominantemente a classe trabalhadora, entre eles os migrantes, fruto de um processo de expulsão da escola e da dificuldade de conciliar os estudos com o trabalho.

A reflexão que propomos visa responder algumas questões, quais sejam: quem são os sujeitos que migram? Por que migram? Como vivem os migrantes e como a escolarização/qualificação participa deste processo? Tratam-se de questões que visam abrir o debate no campo de estudos trabalho e educação.

### **Os migrantes**

Quem são os sujeitos que deixam suas casas, sua família, seus amigos, sua cultura e, muitas vezes, seu país? São jovens, pais e mães de família que se movem em busca de trabalho e melhores condições de vida. Eles compõem a classe trabalhadora, uma classe que sobrevive por meio da venda de sua força de trabalho e, portanto, só pode se reproduzir onde exista trabalho.

A venda da força de trabalho, conforme apreendemos nO *Capital* de Karl Marx (2008), se estabelece numa relação capitalista entre duas classes, a proprietária dos meios de produção e a que foi expropriada dos meios de produção e subsistência e conta apenas com a sua força de trabalho. A relação que se estabelece é de exploração, visto que o trabalhador realiza uma jornada de trabalho muito além do tempo de trabalho necessário para a sua subsistência. Portanto, o tempo socialmente necessário empregado pela força de trabalho não é integralmente remunerado por meio do salário. É o trabalho não pago, a mais-valia, como designado por Marx. “Produzir mais-valia é a lei absoluta desse modo de produção. A força de trabalho só é vendável quando conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital e proporciona, com o trabalho não-pago, uma fonte de capital adicional.” (MARX, 2008, p. 721)

A situação de pobreza da classe trabalhadora dependente do salário, o qual precisa manter-se em patamares baixíssimos para preservar os lucros dos capitalistas, tem sido recorrente desde o século XIX, conforme retratado por Engels (2008). Vivendo em bairros populares e periféricos, moradias precárias e sem saneamento, alimentação insuficiente e irregular, revelam a degradação ao qual estão sujeitos.

Além das condições precárias e degradantes do trabalho e da vida em função dos baixos salários, a classe trabalhadora está ainda sujeita ao desemprego. Marx (2008), no capítulo sobre *A lei geral da acumulação capitalista*, busca examinar a influência que o aumento do capital tem sobre a classe trabalhadora. Na medida em que o capitalismo busca acumular e reproduzir a riqueza social e assegurar os meios para a apropriação privada dessa riqueza, sua consequência é aumentar a quantidade dos “pobres laboriosos”, segundo Marx, isto é, dos assalariados que transformam sua força de trabalho em força de valorização crescente do capital.

Marx observa que com o aumento do capital global, cresce também sua parte variável, ou a força de trabalho que nele se incorpora, mas em proporção cada vez menor. Isso significa que o acréscimo do capital variável significa mais trabalho mas não mais trabalhadores empregados. “Mas a verdade é que a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção de sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente.” (2008, p. 733)

Considerando a lei geral da acumulação capitalista, Marx (2008) desenvolve o conceito de *exército industrial de reserva* referindo-se a uma população excedente ou supérflua disponível ao capital. Disponível para ser lançada em diferentes ramos produtivos e/ou em diferentes locais.

A partir das breves considerações acima, podemos concluir que a classe trabalhadora, ao estar sujeita a baixos salários e condições de vida precárias, ao enfrentar o desemprego e constituir-se como população relativamente supérflua, é compelida a migrar em busca de trabalho e melhores condições de vida. Neste sentido, a categoria classe trabalhadora emerge como central para a análise do fenômeno da migração.

Antunes (2018) analisa a emergência de um novo proletariado de serviços, o aumento da precarização do trabalho e a expansão da superpopulação relativa na atualidade, evidenciando o trabalhador imigrante como um expressivo segmento do proletariado global que é, “simultânea e contraditoriamente, tão imprescindível quanto supérfluo para o sistema do capital” (p. 20). O sociólogo italiano Pietro Basso (2013) complementa mostrando que a situação atual dos imigrantes é expressão do ideal do capital, uma força de trabalho nua, sem pátria, sem documentos, sem família, completamente à disposição do capital, o qual tem controle quase absoluto sobre a produção e reprodução social deste trabalhador.

## Os motivos da migração

O que leva os sujeitos a deixar suas casas, sua família, seus amigos, sua cultura e, muitas vezes, seu país? Por que as pessoas migram? Aparentemente a decisão pode parecer individual e movida por interesses pessoais. Mas não precisamos de muita reflexão para perceber que as pessoas não abandonam seu lugar por vontade própria. Elas são expulsas! Neste sentido temos acordo com dois estudiosos do tema, Pietro Basso, da Itália e Saskya Sassen, dos Estados Unidos.

Pietro Basso vem estudando o fenômeno da imigração e buscando compreender a forma como o capital global tem contribuído para gerar o caos de imensas proporções nos movimentos migratórios.

(...) Las emigraciones sean causadas por factores económicos, políticos, militares, culturales o a menudo por un mix de estos factores, **son siempre emigraciones forzadas**. Nadie deja ‘voluntariamente’, alegremente, su lugar de nacimiento. Por eso, prefiero hablar de emigrantes y no de migrantes, para destacar sobre todo que no se proviene de ningún lado, sino de un preciso contexto sociocultural y nacional, y en segundo lugar que si lo he dejado es porque me he visto forzado a dejarlo. (BASSO, 2015, p. 2) grifo da autora.

A socióloga Saskya Sassen (2016), no livro *Expulsões*, identifica o surgimento de novas lógicas de expulsão e o crescimento da quantidade de pessoas, empresas e lugares expulsos das ordens sociais e econômicas centrais. O fenômeno se expressa, por exemplo, no crescimento da população deslocada, no armazenamento de refugiados e no rápido aumento da população encarcerada.

A expulsão referida por Basso e Sassen pode ser explicada pelos processos históricos e atuais de expropriação. Expropriação (da terra e dos instrumentos de trabalho) a que foram submetidos os trabalhadores na acumulação originária do capital para que estes se submetessem ao assalariamento. Expropriação que segue seu curso produzindo uma massa de trabalhadores disponível ao capital em qualquer lugar e a qualquer hora. De acordo com Marx, “expulsar e dispersar gente é um princípio inabalável dos proprietários, que o consideram uma necessidade agrícola igual à de extirpar as árvores e os arbustos nas florestas virgens da América e da Austrália”. (2008, p. 846)

Os que foram expulsos de suas terras no século XIX e os que seguem sendo expulsos (da terra, do trabalho, dos direitos sociais, do conhecimento e dos recursos sociais em geral) no século XXI não são absorvidos com a mesma rapidez com que se tornam disponíveis. Isso gera uma população relativamente supérflua.

Fontes (2012), na obra *Brasil e o capital imperialismo*, observa que a expansão do capital provoca a concentração de recursos sociais e a recriação permanente das expropriações sociais. Esse processo se revela, segundo a autora, no desmantelamento de direitos sociais e trabalhistas, na privatização de empresas públicas, na expropriação contratual, na expropriação de matérias-primas estratégicas, conhecimentos, biodiversidade, técnicas diversas, na expropriação de bens coletivos, entre outras.

Harvey (2014), por sua vez, também retoma o conceito de expropriação de Marx identificando novas formas do que ele chama de “acumulação por espoliação”, como os direitos de propriedade intelectual, a biopirataria, a destruição dos recursos ambientais globais, a transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual, a corporativização e privatização de bens até agora públicos (como as

universidades), a nova onda de “expropriação das terras comuns”, entre outras. (p. 123)

A expropriação, na medida em que dissocia o trabalhador dos meios de produção e também dos meios de subsistência, retira deste a possibilidade de produzir seus meios de vida, obrigando-o à venda da sua força de trabalho em qualquer lugar e em qualquer ramo produtivo. Cria-se um trabalhador flexível, volátil, disponível que busca se adequar às condições existentes para a sua subsistência e de sua família, não importando o local, se no meio rural ou urbano, se no centro ou na periferia, se na sua cidade, região ou até mesmo país.

Tal processo produtivo (acumulação flexível) exige uma aprendizagem flexibilizada, nos termos de Kuenzer (2016), a qual visa um novo disciplinamento para o trabalho flexível, visando atender as novas demandas do mercado de trabalho. Implica, segundo a autora, formar subjetividades flexíveis, do ponto de vista cognitivo, comportamental e ético. Ser multitarefa é o desafio posto, o que significa exercer trabalhos disponibilizados pelo mercado, para os quais seja suficiente um rápido treinamento, a partir da educação geral, seja no nível básico, técnico ou superior.

### **As condições de vida dos migrantes**

Como vivem os sujeitos que deixaram suas casas, sua família, seus amigos, sua cultura e, muitas vezes, seu país? De acordo com nossas pesquisas, em geral os migrantes enfrentam inúmeras dificuldades para a sua reprodução no local onde vivem, em termos de habitação, alimentação, escolarização, acesso à políticas públicas, entre outros. A situação de pandemia decorrente da COVID-19 tem revelado cruelmente esta situação. Um conjunto expressivo de trabalhadores imigrantes, ocupados em trabalhos temporários, no setor de serviços, sem estabilidade e direitos trabalhistas, perderam sua renda, não tem recursos para pagar os alugueis, depende de auxílios emergenciais ou de campanhas de solidariedade, vive em condições que não possibilitam manter o isolamento social e, dependendo do país e região, não tem acesso aos cuidados de saúde.

Maria Aparecida Moraes Silva (1999), em importante estudo sobre os trabalhadores rurais na região de Ribeirão Preto, revela as condições de produção e reprodução destes trabalhadores. São migrantes expulsos de suas terras e meios de subsistência no Vale do Jequitinhonha e na Bahia, que foram direcionados de forma violenta para a proletarização, constituindo-se em bóia-fria - um trabalhador volante, eventual, banido da legislação, desenraizado. A autora analisa o processo de trabalho e a reprodução da força de trabalho de forma interligada, ainda que se processem em espaços diferenciados. Dados os baixos salários, os quais impossibilitam a reprodução, no que diz respeito à moradia, à alimentação, à baixa escolaridade e analfabetismo, bem como alta evasão escolar, às péssimas condições de saúde, à ausência de lazer que reduz a vida a tempo de trabalho, a autora observa apenas a reparação da força de trabalho.

De acordo com Marx (2002), para poder crescer e manter-se, uma pessoa precisa consumir uma determinada quantidade de meios de subsistência para si e para sua família. Ela tem que dispor de recursos para o desenvolvimento de sua força de trabalho e a aquisição de uma certa habilidade. Aqui entra a categoria reprodução social, a qual diz respeito às atividades e instituições necessárias para produzir e manter a vida e para substituir geracionalmente a vida, as quais tem lugar fora do local de trabalho, ainda que associadas a este.

Sobre a questão da reprodução social, temos vários aspectos a abordar, refletir e aprofundar, entretanto, vamos apenas anunciá-los, dado o limite de um resumo expandido. Consideramos a migração como uma das formas do capital renovar sua reprodução social e, ao mesmo tempo, limitar ao mínimo possível as condições de reprodução desta força de

trabalho. Isso pode ser observado nas péssimas condições de trabalho, bem como nos salários diferenciados dos trabalhadores migrantes, especialmente os sem documentação, na condição de pobreza de muitas famílias migrantes, no não reconhecimento da escolarização e qualificação de migrantes estrangeiros, nas formas de opressão, racismo e xenofobia que possibilitam a extração de valor, na ocupação de migrantes, especialmente mulheres, em trabalhos de reprodução social (como babás, domésticas, cuidadoras, faxineiras). Isso revela a produção de forças de trabalho diferenciadas, com corte racial, étnico e de local de nascimento. De acordo com Silva (1999), o valor das pessoas varia de acordo com o seu lugar.

Nesta mesma direção, Katz (2019) em seu artigo sobre o “Capitalismo vagabundo e a necessidade da reprodução social”, identifica um problema intrínseco à produção capitalista globalizada: o descompromisso com os lugares e seus habitantes.

A expressão capitalismo vagabundo conecta a errância e o abandono ao capitalismo – este, assediador do mundo, disperso, dissoluto, irresponsável – além de também abordar uma ameaça: uma produção capitalista crescentemente global pode abandonar muitos dos seus típicos compromissos com o lugar, mais centralmente aqueles associados com a reprodução social que é, quase sempre, menos móvel do que a produção. No pior dos cenários, esse descompromisso lança pessoas à errância; no melhor, leva-as a lutar para garantir os bens materiais e as práticas sociais relacionadas com a reprodução social. (KATZ, 2019, p. 437)

Outro aspecto a anunciar para o debate refere-se à relação da educação com a reprodução da força de trabalho. A escolarização, a formação técnica e profissional, a qualificação e o acesso ao conhecimento e à cultura em geral são constituintes do processo de reprodução social. A diferenciação social neste quesito pode ser observada na existência de escolas distintas (entre centro e periferia, entre escolas públicas e privadas), no fechamento de escolas no campo e nas periferias das cidades, no fechamento e redução do ensino noturno, na presença absoluta de jovens e adultos da classe trabalhadora na EJA, incluindo os migrantes, os quais foram expulsos da escola regular, em grande parte pelas exigências do trabalho. Katz (2019) observa que as crianças sofreram muitas das mudanças causadas pelo desinvestimento público na educação, assistência social, moradia, saúde e espaços públicos.

O trabalho de produção de pessoas é vital e complexo. Segundo a análise de Arruza, Bhatthacharya e Fraser (2019, p. 52), no livro “Feminismo para os 99%: um manifesto”:

Esta atividade não apenas cria e mantém a vida no sentido biológico, ela também cria e mantém nossa capacidade de trabalhar – ou o que Marx chamou de ‘força de trabalho’. E isso significa moldar as pessoas com atitudes, disposições e valores, habilidades, competências e qualificações ‘certas’. Em resumo, o trabalho de produção de pessoas supre algumas das precondições – materiais, sociais e culturais – fundamentais para a sociedade humana em geral e para a produção capitalista em particular. Sem ele, nem a vida nem a força de trabalho estariam encarnadas nos seres humanos.

De acordo com as autoras, estas atividades ocorrem em todas as sociedades. Na sociedade capitalista, elas servem ao capital que exige que o trabalho de reprodução social produza e substitua a força de trabalho. É preciso garantir essa “mercadoria singular” ao preço mais baixo possível, despejando o trabalho de reprodução social sobre mulheres, comunidades e Estado.

Na avaliação de Harvey (2016), o capital precisou institucionalizar a educação, a qual se tornou fator de produção. Ela é componente essencial na produtividade (mais-valia

relativa) e vai se alterando de acordo com a matriz produtiva. É uma necessidade ou podemos dizer um imperativo do capital, seja com maior ou menor acesso por parte da classe trabalhadora e com controle sobre o que é disponível.

As análises apresentadas no texto de forma sintética buscam abrir o debate sobre o aporte teórico-metodológico para a pesquisa sobre o fenômeno real da migração na área da educação, considerando as categorias classe trabalhadora, expropriação e reprodução social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Migração. Expropriação. Classe trabalhadora. Reprodução social. Educação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.** São Paulo: Boitempo, 2018.

ARRUZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. **Feminismo para os 99%: um manifesto.** São Paulo: Boitempo, 2019.

BASSO, Pietro. Imigração, racismo e antirracismo na Europa de hoje. In: TAVARES, M. A.; GOMES, C. (Orgs) **Intermitências da crise e questão social: uma interpretação marxista.** João Pessoa: Editora da UFPB, 2013, p. 83-131.

BASSO, Pietro. “Las emigraciones son siempre forzadas”. **La Izquierda Diario**, 29 de septiembre de 2015. Disponível em: <http://www.laizquierdadiario.com/Pietro-Basso-Las-emigraciones-son-siempre-forzadas>

ENGELS, F. **A situação a classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo, 2008.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história.** 3.ed. Rio de Janeiro: EPSSJV; Editora UFRJ, 2012.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo.** Trad. De Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** 8.ed. Trad. de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2014.

KATZ, Cindi. Capitalismo vagabundo e a necessidade da reprodução social. **GEOUSP (Online)**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 435-452, mai/ago 2019.

KUENZER, Acácia Z (2016) “**Trabalho e escola: a aprendizagem flexibilizada**”. Trabalho apresentado em: XI Reunião Científica da Anped Sul, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação – ANPED, Curitiba: 24 a 27 de julho de 2016.

MARX, Karl. **Salário, preço e lucro.** São Paulo: Centauro, 2002.

MARX, Karl. **O Capital.** 22.ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008. Livro 1.

MARX, Karl. A lei geral da acumulação capitalista. In: **O Capital.** 22.ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008. Livro 1, Vol. 2, cap. XXIII.

MARX, Karl. A chamada acumulação primitiva. In: **O Capital**. 22.ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008. Livro 1, Vol. 2, cap. XXIV.

SASSEN, Saskya. **Expulsões**: brutalidade e complexidade na economia global. Trad. de Angélica Freitas. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2016.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999.